

OBESIDADE INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA GÊNIOS EDUCAÇÃO E ARTE DO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE

Antonella Moura da Silva¹

Maria José Nobre dos Santos²

Zoingridh Vieira dos Santos Faria³

Jane Cláudia Jardim Pedó⁴



ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O presente estudo busca analisar a incidência de obesidade infantil na escola Gênios Educação e Arte do Município de Barra dos Coqueiros/Se e os fatores sociais relacionados, através da investigação dos hábitos alimentares, atividades cotidianas dos sujeitos e o preconceito vivenciado por crianças obesas. O rápido aumento da incidência de obesidade infantil nos últimos tempos deve ser levado em consideração, pois além de ser analisado como um problema de saúde pública esta poderá ocasionar inúmeras implicações à saúde, desenvolvendo diversas doenças crônicas degenerativas, além de problemas econômicos, sociais e permanência da doença na fase adulta (OMS, 2004). Podendo ser vista como uma expressão da questão social na contemporaneidade que necessita da implantação de políticas públicas para seu enfrentamento. Desta maneira é inerente a atuação do Serviço Social diante dessa problemática, visto que o Assistente Social é um profissional capacitado para trabalhar diante das questões sociais existentes através de ações voltadas para a efetivação dos direitos e execução de políticas. Com a realização da pesquisa constatou-se que os alunos da escola supracitada não têm uma alimentação adequada e não praticam atividade física regularmente, porém não foi constatado casos consideráveis de obesidade infantil, como também ocorrência de *bullying* em decorrência do sobrepeso.

PALAVRAS-CHAVE

Obesidade infantil. Escola. Serviço Social.

This study analyzed the incidence of infantile obesity in the school Gênios Educação e Arte in Barra dos Coqueiros/SE and the related social factors, through a research in eating habits, daily activities of the individuals and the prejudice experienced by obese children. The rapid increase in the incidence of infantile obesity in recent times must be taken into account, since it may be analyzed as a public health problem that can lead to numerous health implications, and the development of several chronic degenerative diseases, as well as economic and social problems, and the permanence of the disease in adulthood (WHO, 2004). It can be seen as an expression of social issues in contemporary societies that need the implementation of public policies to face them. Thus, the performance of the Social Service is essential to solve this problem, since the social worker is a skilled professional to work on existing social issues through actions directed to the enforcement of rights and the implementation of policies. With this research, it was evidenced that the students from the mentioned school do not have an adequate eating habit, and they do not have physical activities on a regular basis. However, significant cases of infantile obesity were not reported, and the occurrence of bullying due to overweight was not observed either.

Keywords

Infantile Obesity. School. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

O rápido aumento da incidência de obesidade infantil nos últimos tempos é um episódio que deve ser levado em consideração, pois além de ser analisado como um problema de saúde pública esta poderá ocasionar inúmeras implicações para a saúde, desenvolvendo diversas doenças crônicas degenerativas como, hipertensão arterial, diabetes, colesterol do tipo HDL, depressão, neoplasia, asma, apneia, infertilidade e trombose, além de problemas econômicos, sociais e permanência da doença na fase adulta.

As crianças se tornam obesas devido a vários fatores, dentre os quais se destaca o consumo de alimentos inadequados, a falta da prática de atividade física, ansiedade, depressão, fatores hormonais e genéticos, a mudança de comportamento da sociedade moderna com a utilização excessiva de computadores e vídeo games tornando-os sedentários, além do baixo consumo de alimentos considerados saudáveis. (Conselho Federal de Nutricionistas-CFN, 2011).

Assim as escolas como instituições socialmente habitadas que tem como função o desenvolvimento intelectual, emocional, espiritual e comportamental dos indivíduos, parece ser o local mais favorável para estudar a disseminação da obesidade infantil.

A obesidade é uma preocupação que vem aumentando constantemente nas instituições de ensino, à proporção que aumenta a quantidade de crianças e adolescentes com sobrepeso. Sendo necessária a implantação de programas e projetos voltados para a orientação de hábitos alimentares saudáveis, prática de esportes e diminuição do sedentarismo (ALBUQUERQUE; MENEZES, 2010).

Sendo estes projetos implantados por meio de atuação multiprofissional, dentre os quais se destaca o Assistente Social, que em seu fazer profissional deve atuar de forma

propositiva e crítica para com as questões sociais atuais, por meio de sugestões e ações de trabalho eficazes e que preserve a concretização dos direitos sociais através de políticas públicas e sociais (IAMAMOTO, 2010).

Na atuação no meio escolar o Assistente Social utilizara seu conhecimento teórico metodológico e análise crítica, para assim ter uma prática operativa eficiente, onde este profissional buscará avaliar a realidade e o cotidiano dos sujeitos sociais através de diagnóstico social, dinâmicas de grupo com pais, alunos e os profissionais que compõe a instituição de ensino com o intuito de conhecer as dificuldades e os problemas existentes, através da troca de informações, críticas e sugestões de todos os que formam a escola.

A partir disto tece as considerações sobre o desenvolvimento da obesidade na infância e o papel da escola no seu enfrentamento, a interpretação desta como uma expressão da questão social e a resposta da sociedade a esta problemática, finalizando com as conclusões.

2 A OBESIDADE NA INFÂNCIA E O PAPEL DA ESCOLA NO SEU ENFRENTAMENTO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a obesidade como um descontrole nutricional, relacionada ao excesso de gordura corporal, caracterizada como uma doença do tipo Crônica Não Transmissível - DCNT. Segundo Domingues Filho (2000), a obesidade não é sinônima de exagero de peso, mas de um maior depósito de gordura. Sendo que o excesso de peso está relacionado ao indivíduo que tem um sobrepeso maior se comparado ao das outras pessoas.

Dados do Ministério da Saúde detectam que o excesso de peso da população brasileira vem aumentando constantemente, de forma que de 6,8 milhões de brasileiros 8% apresentam obesidade. Estes elementos tornam-se mais ressaltantes a partir da averiguação que este crescimento está distribuído em todas as regiões do país, nos diferentes níveis socioeconômicos, e principalmente em crianças. (TARDIDO, 2006).

Em seu trabalho, Oliveira, Cunha e Ferreira (2010) citam diversos autores (CARDOSO et al., 2009; WANG; MONTEIRO; POPKIN, 2002; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2004; ESCRIVÃO et al., 2000; FISBERG, 2005; LUIZ; GORAYEB; LIBERATORE JUNIOR, 2005) que tratam da obesidade, como um problema de saúde pública da contemporaneidade, possuindo relação com as mudanças de comportamento da sociedade nos últimos tempos referentes principalmente ao sedentarismo e ao consumo de alimentos gordurosos, apontam que o acúmulo excessivo de gordura no corpo pode desencadear vários tipos de doenças como diabetes e hipertensão, afetando a qualidade de vida das pessoas portadoras do sobrepeso, e o desenvolvimento da obesidade precocemente pode acarretar na sua permanência ou agravo na fase adulta.

A infância é um período da vida favorável para formar hábitos saudáveis, sendo um momento importante na formação dos valores e costumes adotados pelos indivíduos. De maneira que para Ramos (2000), o comportamento alimentar das crianças é determinado desde o seu nascimento, através do contexto social no qual está inserida, sendo a família, um fator determinante para o desenvolvimento dos hábitos alimentares infantil, já que são os pais que iniciam a educação nutricional da criança, sofrendo influência também de fatores psicossociais e culturais que irão determinar o gosto na escolha dos alimentos e qual a finalidade de serem consumidos. Assim é necessário estabelecer hábitos saudáveis desde a infância, como uma forma de ter uma melhor qualidade de vida e evitar doenças crônicas que podem prevalecer na fase adulta, como a obesidade.

Outro mecanismo utilizado para evitar e combater a obesidade infantil é a prática de atividade física, de maneira que as crianças que apresentam disponibilidade para o incremento da obesidade a atividade física é de inteira relevância, e a sua falta pode perpetuar na fase adulta, dessa forma uma criança inativa pode se torna um adulto sedentário (DAL-CASTAGNÉ et al., 2008).

A escola nesse caso seria o local mais propício para realizar ações voltadas para a prevenção da obesidade infantil, não apenas pelo fato de reunir um enorme contingente de crianças, mas também por conter profissionais e disciplinas capazes de influenciar sobre as orientações de hábitos saudáveis. Assim o crescimento saudável da criança é de responsabilidade não só da família, mas também da escola. De maneira que o ambiente escolar é um local propício para a socialização e dessa forma favorece a transmissão de hábitos de vida saudáveis. (BRASIL, 2006)

Nesse contexto, a escola deve promover o incentivo à implantação de cantinas saudáveis que influencie os alunos a desenvolver hábitos promotores de saúde, já que este é um ambiente que favorece e estimula o consumo de alimentos. E pensando nisso alguns municípios brasileiros criaram a Lei da Cantina Saudável, Aracaju foi um dos que aderiram. A Lei nº. 3.814/09. Essa Lei dispõe sobre a alimentação ofertada nas cantinas e lanchonetes localizadas nas instituições de ensino públicas e privadas do município de Aracaju (PNAE, 2011).

Além de promover à saúde de seus alunos a escola é um local favorável para se trabalhar a questão do *Bullying*, de maneira que este é um ambiente onde essa prática é muito comum. O *Bullying* é caracterizado por condutas violentas, podendo ocorrer através de ofensas, gozações, apelidos, entre outros tipos de agressões que podem ser morais ou físicas, sendo que estes acometimentos ocorrem de forma contínua e de maneira premeditada, consistindo em uma relação desigual de poder em que a vítima quase sempre é uma pessoa considerada diferente e por possuir distinção dos demais, seja por questão de aparência física, de gênero, etnia, raça, condição econômica, seja por qualquer outra diferença, torna-se alvo dessas ações (GUARESCHI et al.; 2008).

De forma que os portadores de obesidade infantil são indivíduos que sofrem com o *Bullying*, por apresentarem uma condição física caracterizada pelo excesso de gordura corporal e estar fora dos padrões de beleza determinados pela sociedade atual, assim os obesos acabam se tornando uma das principais vítimas desse ato. Sendo dessa maneira fundamental um trabalho social nas escolas voltado para a prevenção do *Bullying*, já que este é um problema social que necessita de um olhar especial não só dos profissionais envolvidos com a problemática, mas de toda a sociedade (GUARESCHI et al; 2008).

3 A OBESIDADE INFANTIL COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A RESPOSTA DA SOCIEDADE A ESTA PROBLEMÁTICA

A obesidade infantil possui relação com a questão social a partir do entendimento que esta é uma doença que está intimamente ligada ao sistema de produção capitalista e ao modo de vida urbana ocidental, que é dominado pelo consumismo, (vestuário e eletroeletrônicos, entre outros), e dentre os principais itens está o consumo excessivo de alimentos.

De forma que o capital utiliza-se do marketing para seduzir seus consumidores, sendo seu principal alvo as crianças, de maneira que estas são fortemente influenciadas a adquirir produtos através do convencimento das propagandas. Sendo transmitidos através dos meios de comunicação como televisão e computador, de maneira que esses subsídios

determinam muitas vezes a personalidade e o gosto dos infantis acompanhados dos experimentos passados do ambiente familiar e cultural.

Santos (apud BAUDRILLARD, 2007) ao citar Marx, enfatiza que o capitalismo possui uma lógica de valor material concreto e abstrato que envolve não só o econômico, mas o cultural, o político e o ideológico, envolvendo os sentimentos e pensamentos a esfera econômica, ou seja, as sensações e crenças vivenciadas pelo indivíduo, como insatisfação, angústia e necessidades propiciam o desenvolvimento do hábito de consumir como uma forma de prazer, e de fuga das dificuldades do mundo contemporâneo.

Com a maior utilização de alimentos industrializados, do tipo *fast food*, que muitas vezes não oferece uma composição nutrição adequada às necessidades do indivíduo, a população mundial passou a ter uma preocupação maior com o aumento de doenças relacionadas ao sobre peso, como a obesidade. (MORTOZZA, 2011).

No que concerne à obesidade infantil, Oliveira; Mesquita (2011) acentua que a intervenção do Serviço Social junto a este segmento se dá através do conhecimento da realidade, de maneira que facilite o entendimento censurado e consciente da obesidade, assim o Assistente Social especificamente irá analisar os aspectos sociais da doença, já que esta pode ser vista, segundo Felipe (2003), como um problema sociocultural e político ocasionado pela mudança do modo de vida da sociedade capitalista contemporânea, por meio do consumo excessivo de alimentos e do sedentarismo.

Diante das questões sociais que a obesidade apresenta a estratégia utilizada pelo Estado para resolução dessa problemática é através de políticas públicas, visto que as ações governamentais voltadas para a (saúde, habitação, alimentação, educação, segurança, dentre outras) visam os interesses e bem estar coletivo e são uma forma de enfrentar as expressões da questão social existentes.

Assim o Serviço Social irá atuar diante dessa problemática, através da proposta de implantação e execução de políticas públicas e sociais de enfrentamento dessa questão, visto que para Yamamoto (2010) o Assistente Social é um profissional designado para formular e executar políticas de direitos.

Os instrumentos de promoção e monitoração da realização do direito humano à alimentação possuem bases legislativas e jurídicas, executadas por meio de políticas públicas de garantia de direitos.

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade” (Art.2º Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN) (SISAN, [s.d.], [n.p.]).

Dessa forma o SISAN prevê o direito a alimentação adequada como um fator essencial para um desenvolvimento humano pleno, estando este associado a outros direitos básicos, sendo de responsabilidade do Estado a efetivação da garantia do direito humano a alimentação.

As ações desenvolvidas pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional viabiliza a vigilância e promoção da saúde nas diversas fases da vida. Promovendo condições para que os indivíduos possam ter um maior domínio sobre sua saúde. (HIRAI, 2011).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE CASO NA ESCOLA “GÊNIOS EDUCAÇÃO E ARTE”

Diante desses fatos realizou-se um estudo de caso na escola Gênios Educação e Arte do Município de Barra dos Coqueiros com o objetivo de conhecer o índice de obesidade infantil e os fatores sociais relacionados.

4.1 Metodologia

Na execução do estudo foi analisada uma amostra com 30 crianças de ambos os gêneros, entre nove e dez anos de idade, matriculadas regularmente no quarto e quinto ano do ensino fundamental, sendo que a escola “Gênios Educação e Arte” possui uma turma para cada série com dezessete alunos no quarto ano e dezesseis no quinto. Onde foram analisadas variáveis, como gênero, idade, estatura, peso, prática de atividade física e hábitos alimentares. Os dados foram coletados através do preenchimento de um questionário e por meio da mensuração do peso e estatura.

Por intermédio dos dados coletados foi possível obter os resultados quanto ao índice de massa corpórea, que foi avaliado com base no estudo de Oliveira (2011), onde orienta que a melhor forma de avaliar o sobrepeso é por meio do cálculo peso x estatura ao quadrado, o valor normal do IMC varia de acordo com o sexo e a idade, a criança com o percentil de IMC acima de 85% é considerada acima do peso e com 95% obesa. De maneira que o IMC das meninas, com idade média entre 9,6 e 10,8 anos, está em um percentil de 5% a 85% que é considerado normal ocorrendo o mesmo com os meninos, que possuem uma faixa etária entre 9,3 e 11,2 anos.

Apesar de a pesquisa constatar que as crianças da “Gênios Educação e Arte” não apresentarem índices consideráveis de sobre peso, foi constatado que os alunos não praticam atividade física na proporção desejável, pois 64% encontram-se sedentários, visto que de acordo com o Ministério da Saúde (2011) o sedentarismo é caracterizado pela ausência ou a prática insuficiente de atividade física, de modo que esta falta não é sinônimo de carência da prática de esporte, mas sim diz respeito a inatividade, causada principalmente pelas facilidades do mundo contemporâneo através do uso das tecnologias como eletroeletrônicos e meios de transporte modernos que facilitam a vida das pessoas e ao mesmo tempo as tornam sedentárias. Sendo que este quadro poderia ser mudado através da elaboração de projetos pedagógicos voltados para o incentivo da prática de atividade física, já que de acordo com Borba (2006), uma criança que pratica atividade física ativamente irá obter resultados satisfatórios no futuro, tanto no físico e na esfera sócio emocional, como também no controle as doenças crônicas na vida adulta.

Para análise dos hábitos alimentares concluiu-se que os escolares em uma proporção de 75% preferem as frituras, refrigerantes e doces, alimentos esses que contribuem com o desencadeamento de diversas doenças, dentre elas a obesidade. Sendo que essa realidade poderia ser mudada através de uma intervenção social com as famílias, os profissionais da escola e os alunos, por meio do processo de conhecimento de uma alimentação saudável, como também dos malefícios encontrados em todos os procedimentos de nutrição, através da disseminação político-social sobre o tema, possibilitando aos indivíduos o acesso ao processo de escolha aos alimentos como uma ação de cidadania. De modo que o direito a informação é um fator fundamental na execução da autonomia decisória na seleção dos alimentos. – DHAA (ABRANDH, 2010).

E para que o DHAA seja efetivado é preciso que a sociedade civil e governo atuem juntos, através do fortalecimento dos movimentos sociais, dos setores públicos, dos agentes executores de políticas, entre outros, com o propósito de promover a proteção e a realização desse direito, de forma que quando existe violação de direitos há uma ameaça a dignidade da pessoa humana e conseqüentemente a perda do poder de cidadania, tratando-se assim de um fenômeno ético, cultural, social, econômico, e de relações sociais (ABRANDH, 2010).

Sendo este garantido através da Política de Segurança Alimentar e Nutricional que possibilita a concretização desse direito, que em conjunto com outras políticas e programas prevêem um estado de situação de segurança alimentar e nutricional satisfatório, que se institui a partir do comprometimento do Estado e da participação da sociedade, para assim assegurar desígnios essenciais dos direitos humanos como, igualdade, dignidade e participação.

Assim as instituições de ensino como locais propícios a divulgação do conhecimento deve possibilitar o direito a uma alimentação diversificada, que supra as necessidades nutricionais humanas, de maneira que o direito a alimentação adequada é fundamental, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como um direito indissociável e essencial para o desenvolvimento biopsicossocial saudável (ABRANDH, 2010).

Em relação percepção sobre a própria saúde, ambiente, desempenho escolar, relacionamento com professores, colegas de classe e vizinhos obteve-se os seguintes resultados: 30% dos alunos mostraram-se satisfeitos com a própria saúde, 5% percebem-se estressados, 2% referem percepção de alteração do sono, 21% estão satisfeitos com o relacionamento entre colegas, 9% com os professores, 8% com os vizinhos, 12% com o ambiente escolar e 13% consideram o desempenho escolar bom.

De maneira que estes em sua maioria estão satisfeitos com o meio social no qual estão inseridos possuindo um bom relacionamento com os indivíduos que convive, relatando ainda nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito ou agressão pela sua aparência física, de forma que estes se percebem saudáveis e referem estar satisfeitos quanto a sua aparência, não se sentindo inferior em relação aos demais alunos.

Não foi encontrado casos de *Bullying*, relacionado à obesidade na escola estudada, de maneira que a aparência física é um dos principais motivadores do *Bullying*, principalmente em relação às crianças obesas, que muitas vezes são vítimas de agressão moral, física e material, simplesmente por apresentarem um tipo físico diferente do que é determinado pela sociedade atual, como belo (GUARESHI et al; 2008).

No desenvolvimento do estudo bibliográfico e da análise dos dados da pesquisa de campo, realizada na Escola Gênios Educação e Arte do Município de Barra dos Coqueiros, com a finalidade de elaborar este trabalho admite-se citar algumas considerações relevantes acerca do estudo desenvolvido. De modo que a pesquisa teórica aponta que existem índices crescentes de obesidade infantil no Brasil, sendo esta uma problemática que merece uma intervenção estatal através de políticas públicas e sociais, devendo ser tratada como um problema de saúde pública, que tenha a participação de todas as dimensões da sociedade desde o governo até a sociedade civil na busca de soluções, visto que a obesidade pode ser entendida como uma expressão da questão social atual e merece uma atenção especial de todos os segmentos sociais.

Na pesquisa de campo constatou-se que, apesar de não haver índices significativos de obesidade infantil na escola mencionada anteriormente, se vê a necessidade de um trabalho social voltado para o incentivo de hábitos de vida saudáveis, de forma que segundo Gouvêa (2003), o Assistente Social na Escola exerce uma função essencial, já que este é um ambiente de inserção e formação social, assim a atuação desse profissional fortalece a execução de ações pedagógicas que incrementem a vida social do aluno como um todo, ultrapassando as barreiras da sala de aula e conhecendo a realidade e o cotidiano desses estudantes, por meio de diagnóstico social com o intuito de identificar as principais demandas e problemas; dinâmicas de grupo que envolva a família e toda comunidade escolar de maneira que facilite a troca de informações, críticas e sugestões na elaboração de projetos e ações sociais voltadas para o ambiente escolar; e a realização de pesquisas sociais como uma estratégia de enfrentamento das questões sociais encontradas.

Através de ações voltadas para a concretização de direitos, por meio da socialização de informações, de forma que esta é fundamental para a formação da autonomia, fortalecimento da emancipação dos indivíduos sociais, e diminuição da alienação gerada pelos determinantes das relações sociais e capitalistas que interferem no poder de escolha dos indivíduos, principalmente as crianças, para assim formar cidadãos críticos e livres. De maneira que o Direito a Alimentação Adequada deve ser de conhecimento de toda a população, para que esta assim possa exigir do Estado a sua garantia e efetivação.

Assim os resultados obtidos vêm fortalecer a relevância de refletir acerca da conjuntura na qual as crianças estão inseridas, a fim de entender como estas organizam seu comportamento no âmbito social, perante as questões essenciais como, educação, saúde e lazer, que possuem relação com a qualidade de vida dos indivíduos, estando estes atrelados a direitos sociais como habitação segura e limpa, saneamento básico, nutrição adequada, entre outros, de forma que para se ter uma vida saudável é necessário que o indivíduo esteja inserido em um meio social que envolva aspectos políticos, econômicos e culturais satisfatórios. Diante dessas análises, ressalta-se a importância de estudos voltados para a população estudantil, no intuito de conhecer os fatores relacionados à obesidade infantil, de maneira que proporcione um melhor entendimento acerca da relação entre a conduta e o meio social dos alunos.

ABRANDH. **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos**. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2010.

ALBUQUERQUE, Débora Lima Barbosa; MENEZES, Cristiane Souza. **Educação alimentar na escola**: em busca de uma vida saudável. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2010. Disponível em: <www.ufpe.br>. Acesso em: 28 de setembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de atenção à saúde. departamento de atenção básica. política nacional e nutrição**. 2. ed. rev. Brasília, 2006.

DALCASTAGNÉ, Giovane et al. **A influência dos pais no estilo de vida dos filhos e sua relação com a obesidade infantil**. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, *São Paulo* v.2, n. 7, p. 44-52, Jan/Fev. 2008. ISSN 1981-9919.

DOMINGUES FILHO, Luiz Antônio. **Obesidade e atividade física**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2000.

FELIPPE, Flávia Maria. **O peso social da obesidade**. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

GUARESCHI, Pedrinho et al. **Bullying**: mais sério do que se imagina. Porto Alegre: EDIPU-CRS, 2008.

HIRAI, Wanda Griep. **Segurança alimentar em tempos de (in)sustentabilidade produzidas**. Jundiaí: Paco Editorial: 2011.

IAMAMOTO, **Serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez 2010.

MORTOZA, Andréa Sugai. **A obesidade como expressão da questão social**: nutrição e estigma. Universidade de Brasília – UNB. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Serviço Social. Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Ednara; MESQUITA, Leila. **A intervenção profissional do Serviço Social junto à problemática da obesidade**. Disponível em: <www.rededobem.org/arquivospdf/650.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2011.

OLIVEIRA, T. R. P. R.; CUNHA, C. F.; FERREIRA, R. A. **Características de adolescentes atendidos em ambulatório de obesidade**: conhecer para intervir. *Nutrire*: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr., [s.d.], São Paulo, SP.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Obesidade**: prevenindo e controlando a epidemia global. Relatório da Consultoria da OMS, São Paulo: Roca, 2004.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**, 2011. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

210 | RAMOS, Maurem; STEIN Lilian M. **desenvolvimento do comportamento alimentar infantil**. Rio de Janeiro. **Jornal de Pediatria** – Vol. 76, Supl.3, 2000.

REVISTA CFN. **Conselho Federal de Nutricionistas**, Ano IX, n. 33, Jan.-abr., 2011, Brasília: CFN, 2000.p. 08-09.

SANTOS, A.M.S.; GROSSI, P. K.G. Infância comprada: hábitos de consumo na sociedade contemporânea. **Revista Virtual Textos & Contextos**. Nº 8, ano VI, Dez.2007.

SISAN. **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/segurancaalimentar/leis/2006/Sisan.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2011.

TARDIDO, Ana Paula; FALCÃO, Mário Cícero. O impacto da modernidade na transição nutricional e obesidade. São Paulo, **Rev Bras Nutr Clin**, 2006; 21(2):117-24. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/eventos/Obesidade_

[Curso_CapacitacaoAmbulatorial/Material_Consulta/Material_Nutricao/O%20impacto%20da%20moderniza%E7%E3o%20na%20transi%E7%E3o%20nutricional%20e%20obesidade.pdf](#)>. Acesso em: 23 ago. 2011.

Data do recebimento: 10 de julho de 2012.

Data da avaliação: 29 de julho de 2012.

Data de aceite: 28 de agosto de 2012

1 Graduada em Serviço Social (2011) pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: zoingridhfarias@hotmail.com

2 Graduada em Serviço Social (2011) pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: zoingridhfarias@hotmail.com

3 Graduada em Serviço Social (2011) pela Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: zoingridhfarias@hotmail.com

4 Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas (2007), coordenadora e professora do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes. E-mail: janepedo@ig.com.br

Artigo originado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Serviço Social, 2011/2.